

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DO GT PLANO DA BACIA GESTÃO 2017-2019		
DATA: 27/07/2017	HORÁRIO: 09h00	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA - CTPA	
Entidade	Nome
CETESB	Marta Emerich
CETESB	Nelson
DAEE	Vera H. R. Martins
SMA	Márcia Maria do Nascimento
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
SABESP	Silene Cristina Baptistelli
EMAE	Daniel Jesus de Lima
CIESP São Paulo	Ronaldo Sérgio Vasques
Coordenadora da CTMH	Lilian Barrella Peres
Coordenador da CTPA	Amauri Pollachi
Coordenador da CTGI	Josué Marcos Barranco
SSRH	Jorge Augusto C. Santos
Secretaria Executiva do CBH-AT	Ana Sedlacek
Secretaria Executiva do CBH-AT	Beatriz Gonçalves Vilera
FABHAT	Shirley A. M. Sales
FABHAT	Tania de Melo Valente
FABHAT	Hélio César Suleiman
COBRAPE	André Luiz

Ausências justificadas:

ASSUNTOS TRATADOS:

1. Abertura e Discussões

Hélio Suleiman, diretor-presidente da FABHAT, iniciou a reunião às 09h20 e agradeceu a presença de todos. Relatou brevemente sobre a reunião ocorrida com o GT Plano na COBRAPE informando que foi um ponto de partida. Em seguida convidou o Sr. André Luiz (COBRAPE) para iniciar a apresentação.

André Luiz (COBRAPE) informou o andamento da elaboração do Plano da Bacia apresentando o diagnóstico, prognóstico e banco de dados.

Durante a apresentação houveram as seguintes intervenções:

Hélio (FABHAT) comentou que o documento está muito robusto e que as informações não estão compatibilizadas mostrando-se desconfortável em analisar. Comentou também que a metodologia utilizada no slide 46 da apresentação referente a dados de entrada e resultados obtidos e a utilização de 84m³/s em Rasgão nos demais estudos, funciona apenas para pequenas outorgas e não se aplica ao Plano da Bacia devido a sua complexidade.

André Luiz (COBRAPE) alegou encontrar uma certa dificuldade em analisar quais municípios possuem influência direta na Bacia do Alto Tietê por existir alguns municípios que possuem parte do seu território em outra Bacia.

Silene Baptistelli (SABESP) ressaltou a importância de identificar as sub-bacias e informar qual a mais prioritária.

Nelson (CETESB) perguntou se o modelo matemático adotado leva em consideração o rio Tamanduateí. Segundo ele, o Tietê não pode ser analisado sem levar em consideração seus tributários. Disse também que não aconselha utilizar o Access nessa ocasião porque o mesmo não possui uma trava de segurança para ser disponibilizado na internet como banco de dados. Por fim, sugeriu também utilizar parâmetros químicos de qualidade da água para realizar um mapeamento das sub-bacias.

André Luiz (COBRAPE) alegou que não vê problema em utilizar o Access nessa situação por não se tratar de dados sigilosos. Com relação ao modelo matemático adotado disse que não possui dados de montante sobre o Tamanduateí, o que inviabiliza sua adoção no modelo.

Ronaldo Sérgio Vasques (CIESP São Paulo) disse que o Plano é revisado a cada 4 anos e, por esse motivo, não há necessidade em prolongar as discussões sobre o Tamanduateí nesse momento. Porém, vê como uma informação importante e que a mesma deve ser levantada para revisões futuras.

Daniel Jesus (EMAE) sugeriu direcionar o modelo de cálculo do Balanço Hídrico para uso de volume útil e não o volume operacional. Corrigiu a informação apresentada na página 120 onde é dito que a Barragem Ponte Nova é operada pela EMAE. Segundo ele, essa barragem atualmente é operada pelo DAEE. Apontou também que na página 160 do relatório é apresentado que o bombeamento de água do rio Pinheiros para o Reservatório Billings é utilizado para a geração de energia, sendo que atualmente, é utilizado para o controle de cheias.

Marta Emerich (CETESB) questionou se está contemplado no Plano a questão climática e quais seriam os indicadores. Sugeriu também utilizar os modelos matemáticos para a geração de cenários relacionados ao tema.

André Luiz (COBRAPE) concordou com a Marta e sugeriu inserir um capítulo exclusivo para mudanças climáticas.

Lilian Barrella (CETESB) questionou qual seria a metodologia utilizada para identificar as áreas críticas e ressaltou a importância dessas informações estarem muito bem definidas no Plano. Disse também que para definição das áreas críticas é preciso informações sobre disponibilidade, demanda e qualidade. Comentou que devido as sub-bacias terem suas particularidades os tratamentos devem ser diferenciados e justamente a partir das análises de cada sub-bacia poderão ser elaboradas estratégias para a Bacia como um todo.

Márcia Nascimento (SMA) informou a necessidade de revisar as áreas vegetadas visando melhoramento na produção hídrica. Alertou a necessidade de haver deveres a serem prestados de forma obrigatória visando reverter o quadro no que se refere as ocupações irregulares nos entornos das APRMs com olhar voltado para a recuperação de áreas degradadas.

Hélio Rubens (SABESP) sugeriu contextualizar com o Plano de 2009 inserindo informações sobre a continuidade das ações que estavam previstas, as ações que foram realizadas e as que não foram iniciadas. Comentou também que a definição da operação do Sistema Cantareira deve ser bem estudada devido as novas regras de outorga.

Ronaldo Sérgio (CIESP São Paulo) disse que as reuniões realizadas devem proporcionar soluções que sirvam para implementar ações viáveis para a BAT. Dessa forma, será possível utilizar o dinheiro do recurso de forma eficiente.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

Hélio (FABHAT) sugeriu dialogar com os Planos de outras Bacias fazendo dessa forma uma gestão compartilhada.

Sávio (COBRAPE) comentou que o documento apresentado ainda está em elaboração, e estavam sendo anotadas todas as observações que foram apontadas. Agradeceu todas as contribuições informando que serão contempladas no Plano.

Hélio (FABHAT) disse que considera importante a avaliação crítica por parte do GT a respeito do relatório elaborado. Levanta ainda a questão de avaliar o relatório de formas distintas de acordo com o prazo de 7 e 11 meses.